

TRAMAS, URDUMES
E PRÁTICAS

DIVERSOS OLHARES PARA
A EDUCAÇÃO ESCOLAR



ADAIR MENDES NACARATO
JACKELINE RODRIGUES MENDES
(organizadoras)

TRAMAS, URDUMES
E PRÁTICAS

DIVERSOS OLHARES PARA
A EDUCAÇÃO ESCOLAR

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tramas, urdumes e práticas : diversos olhares para a educação escolar / Adair Mendes Nacarato, Jackeline Rodrigues Mendes (organizadoras). -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-309-3

1. Currículos 2. Educação – Brasil 3. Educação matemática
4. Interdisciplinaridade na educação 5. Prática de ensino
6. Professores - Formação I. Nacarato, Adair Mendes. II.
Mendes, Jackeline Rodrigues. III. Título: Diversos olhares
para a educação escolar.

14-00447

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação escolar 370

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

fotos de capa: Marina Meirelles Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

janeiro/2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Prefácio 7
Denise Vilela

Apresentação 13
Adair Mendes Nacarato e Jackeline Rodrigues Mendes

Práticas educativas numa perspectiva histórica

As escolas étnicas e o Colégio Bom Jesus,
Curitiba, 1896-1938 25
Régis Ferreira Negrão

A expressão artística infantil no Centro
Juvenil de Artes Plásticas 49
Ceres L. Medeiros e Moysés Kuhlmann Jr.

Práticas curriculares

Currículo para a formação na pequena infância:
questões para a educação infantil 81
*Fabiana Rodrigues de Oliveira Leal e
Jackeline Rodrigues Mendes*

O princípio da contextualização no currículo do ensino
médio: apropriações por professores de biologia 113
Suzete M. Salvaro Beal e Adair Mendes Nacarato

Os gêneros orais em livros didáticos
de língua portuguesa 139
Giselli Padilha Hümmelgen e Márcia Aparecida Amador Mascia

Práticas escolarizadas

Os desafios da docência em matemática em busca
de uma prática educativa pautada em valores humanos 165
Glaucio Inocêncio Foltran e Adair Mendes Nacarato

Jogos na perspectiva computacional e a formação
matemática do administrador: uma relação possível? 197
Eros Pacheco Neto e Regina Célia Grandó

Aprender a dividir segundo as regras do jogo: ensino da divisão
nas práticas de letramento-numeramento escolares. 227
Vivian Ribeiro Drabik e Jackeline Rodrigues Mendes

Práticas na interface escolar e não-escolar

A arte da abstração: estudo das geometrias
não-euclidianas nas obras de Escher 251
Roberto Tadeu Berro e Alexandrina Monteiro

Por trilhas desconhecidas: a experiência
do mestrado na vida de um professor 269
Jorge dos Santos Souza e Alexandrina Monteiro

Identidades juvenis produzidas dentro das práticas
de consumo: implicações para a educação matemática 289
Sonia Regina Mincov de Almeida e Alexandrina Monteiro

Sobre os autores 307

PREFÁCIO

É uma satisfação apresentar este livro aos educadores, particularmente aos educadores matemáticos, composto de artigos produzidos a partir de pesquisas acadêmicas do Programa de Mestrado em Educação defendidas na Universidade São Francisco.

Os diferentes artigos apresentam, por um lado, uma diversidade de perspectivas quanto ao espaço educacional formal ou não formal, a procedimentos de análise e às áreas de conhecimento. Destaco o valor de cada artigo específico desta publicação relacionando objetivos de ensino a valores étnicos e religiosos; a criação artística na Educação; arte e matemática; práticas orais e ensino formal; as práticas de consumo e práticas matemáticas escolares; elaboração de história de instituições educacional; a discussão sobre a educação infantil, os jogos computacionais no ensino superior, o princípio da contextualização no currículo. Todos esses temas são atuais e demandam reflexões acuradas como essas. Além disso, não tem ambição conclusiva, numa perspectiva de resolver problemas, mas, ao contrário, abrem espaço para aprofundamentos e novas questões, ampliando as discussões existentes.

Por outro lado, destaca-se como contribuição desta publicação, não só o valor de cada artigo em particular, mas o todo. O valor de cada pesquisa se transforma e amplia quando cada artigo passa a ser parte de um conjunto, colocando lado a lado as diversas práticas educativas, práticas escolares e não escolares, trabalhadas numa perspectiva educacional que busca não uma educação como formatadora da sociedade, mas como possibilidade de problematização em Práticas escolares, gerando engajamento dos alunos e dos professores em formação. A ideia é incluir na escola a problematização de práticas sociais diversas, que passam a ser entendidas como práticas escolares, na medida em que tomam este formato e se prestam ao desenvolvimento dos envolvidos, alunos, professores, instituições etc. por meio da ampliação da capacidade de simbolização e organização discursiva do mundo.

Do conjunto da obra, quero enfatizar nesta apresentação elementos comuns entre os artigos: o enfoque epistemológico alternativo, próprios de um referencial teórico contemporâneo. Os aspectos teóricos que perpassam os capítulos envolvem referenciais da análise do discurso, das ciências sociais e da filosofia, através da discussão crítica ao eurocentrismo, homogeneidade curricular e concepção de matemática como domínio de conhecimento universal e neutro. As práticas de pesquisa que compõem este volume contrariam um ideal de conhecimento como um domínio pronto, acabado e neutro. Ao contrário, os saberes são tecidos em práticas diversas, como a de caminhadas, de discussão sobre consumo, infância, arte e ciência.

Dentre os temas que este conjunto de textos nos remete, destaco a questão da neutralidade da matemática como símbolo da discussão. Isto primeiro porque esta temática ocupa explicitamente mais de um artigo e permeia outros. Também porque, no bojo da discussão da pureza, autonomia e

independência política do conhecimento científico, a matemática ocupa posição privilegiada e simbólica. Nesta obra as abordagens das práticas educativas não deixam escapar a função da escola como espaço de conduzir ideologias e valores.

A crítica à neutralidade do conhecimento é aqui entendida como a impossibilidade de tais conhecimentos não conduzirem valores: “o axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz a negar – ou melhor, a ignorar – o condicionamento sócio-histórico do conhecimento. A própria questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais geralmente não é colocada” (Lowy 1988, p. 18).

Considerando ainda a matemática como símbolo desta discussão, de fato, conforme explicita D’Ambrosio (2002, p. 8) este campo disciplinar é um dos componentes mais conservadores e tradicionais do sistema de ensino. Predomina uma visão de independência da matemática, e de outros conhecimentos conduzidos pela escola, em relação ao contexto sociocultural e principalmente ao contexto político.

O modelo da escola atual nos remete ao projeto civilizatório que teve a racionalidade como possibilidade de avanço. Mas não devemos nos esquecer de que este ideal de progresso justificou o colonialismo, a pureza justificou os regimes políticos totalitários, o projeto de homogeneização dos currículos justifica a intolerância com o diferente e com o multiculturalismo, a supervalorização do “rigor lógico” justifica o mascaramento das práticas conflituosas.

Os artigos do livro que aqui apresento trazem a crítica ou negação intencional dessa neutralidade: na escolha do objeto, na direção da investigação, nos conceitos usados nas questões de pesquisa. O ideal da ciência neutra, imune aos interesses e paixões é nestes artigos substituídos por paixões e interesses reais dos pesquisadores e as discussões políticas trazem outras

possibilidades de compreensão dos problemas educacionais da atualidade.

Além de explicitar questões de currículo a respeito da não neutralidade do conhecimento valorizado e selecionado para a escola, e evidenciar que convivemos na atualidade com práticas escolares incapazes de fortalecer atitudes democráticas, é patente uma postura consciente do papel disciplinador da escola, e da matemática em especial. Sabemos que quaisquer que sejam os conteúdos e maneiras de trabalhá-los na escola, este processo envolverá valores. Chervel é explícito quanto ao papel disciplinador da escola, disciplinador do corpo, da conduta, do espírito, da forma e normas de pensamento. Ou seja, romper com a ideia de independência e neutralidade do conhecimento científico, pode ser levado a cabo por meio de discussões e temáticas que devem compor o repertório dos docentes, já que os temas polêmicos e atuais surgem no cotidiano escolar. Entretanto, antes e independente disso, valores são sempre conduzidos nas práticas escolares, inclusive quando estes conteúdos e métodos se dizem neutros.

De fato valores morais reinam na ciência. Por exemplo, o ideal de um lugar em si da verdade, uma verdade postulada como instância suprema é visto aqui como um valor moral a ser decodificado, pois tem desdobramentos na prática educativa. Neste sentido, podemos pensar que o instinto do conhecimento teria sido confinado ao dever em direção a uma pretensa verdade. A verdade, por sua vez, não tem como condição a evidência e a certeza, mas pode gerar a necessidade do esquecimento e o autoapagamento em torno do consumo passivo dos conhecimentos curriculares.

Neste sentido os textos que se seguem abrem espaço para uma compreensão ética e estética da Educação. Estética porque vê o conhecimento como um meio para intensificar o prazer da existência, as forças da vida e não do ressentimento,

da repressão, do recalque, da coibição. É uma ética porque realiza amplamente a crítica a uma Educação “formatadora”, pautada na lógica do dever e da verdade, o que costuma gerar a diminuição da potência, o aumento das forças reativas e a negação da vida.

A escola é colocada como espaço público e democrático de produção e apropriação crítica de conhecimentos, com uma função libertadora, se quiser colocar os termos de Freire; ou a escola como um espaço que pode propiciar a aprendizagem como criação de novos sentidos.

Os autores se colocam em posição ativa na qual o conhecimento não interessa como um fim em si próprio, mas enquanto força para obtenção de novo modo de vida, não submissa a modelos e longe de pretensões de generalidade e receitas definitivas.

Os textos não fazem isto através de indicações sobre o que o professor deve ou não fazer, mas através de experiências reais em cada interesse é valorizado, mobilizado e explorado em diversas dimensões, possibilitando a realização do processo de ensino-aprendizagem não como transmissão neutra de conteúdos pautada na repetição, aceitação e reprodução como um processo de aproximação de verdade, de chegar a um significado verdadeiro do conceito. As práticas de pesquisa que estão relatadas neste volume nos levam, como diria Wittgenstein, a outras maneiras de ver, ou, a ver de outro modo, neste caso, as questões da Educação enfocada pelos autores.

Denise Vilela

Doutora em Educação Matemática pela Unicamp.
Docente do Departamento de Metodologia de Ensino da
Universidade Federal de São Carlos.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne os trabalhos produzidos durante um Mestrado Interinstitucional – Minter – realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade São Francisco, em parceria com o Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE –, em Curitiba, e a Faculdade São Francisco, em Blumenau.

O curso teve como eixo de investigação as práticas educativas abordadas nas dimensões histórica, cultural e discursiva. Esse eixo está articulado com as linhas de pesquisa do Programa: Linguagem, discurso e práticas educativas; Matemática, cultura e práticas pedagógicas; e História, historiografia e ideias educacionais.

As investigações produzidas nessas três linhas tratam de temáticas importantes e necessárias ao cenário educacional brasileiro, atendendo profissionais com diferentes formações e que almejam atuar em diferentes espaços institucionais ou não. Essas linhas estabelecem diálogos constantes, quer entre si, quer com autores que são tomados como referência, provenientes de diversas áreas, como: Sociologia, Filosofia, Linguística, História, dentre outras.

As práticas investigativas do grupo, com seus distintos objetos de investigação, estão vinculadas a diferentes espaços educativos e processos de formação vários, escolares ou não. Elas se valeram de diferentes fontes de pesquisa que perpassam práticas discursivas, práticas curriculares, fontes documentais, registros escritos e orais, materiais didáticos e documentação videogravada em sala de aula.

São pesquisas de abordagem histórica e/ou qualitativa que utilizam diferentes procedimentos de análise: documental, de conteúdo, discursiva e narrativa.

A partir dessa configuração, a coletânea organiza-se em torno do eixo “práticas educativas”, que se subdivide em quatro perspectivas: das práticas educativas na perspectiva histórica; das práticas curriculares; das práticas escolarizadas; e das práticas na interface escolar e não escolar.

Na primeira parte encontram-se dois capítulos que abordam práticas educativas numa perspectiva histórica.

O capítulo 1, intitulado “As escolas étnicas e o Colégio Bom Jesus, Curitiba, 1896-1938”, de Régis Ferreira Negrão, analisa o processo de criação da primeira escola privada católica de Curitiba, o Colégio Bom Jesus, inicialmente denominado Escola Católica Popular Alemã. Com o recorte de 1896-1938, o autor analisa as duas fases da escola: de 1896-1903, quando esteve sob a tutela da Igreja Católica; e a segunda fase, a partir de 1903, quando foi entregue aos Franciscanos. Inicialmente, o autor analisa a relação entre a Igreja Católica e a política de imigração adotada pelo Brasil, no século XIX, que possibilitou a abertura e o funcionamento de escolas para imigrantes. A Escola Católica Popular Alemã cultivava o germanismo e oferecia o currículo de educação alemã para os filhos dos imigrantes alemães. Os Franciscanos, ao assumirem a direção da escola, optaram por manter os alunos de origem alemã na

Escola Alemã e criar outra escola, de língua portuguesa, para alunos de outras origens. Segundo o autor, foi essa decisão dos Franciscanos que possibilitou a manutenção da escola, a partir de 1938. Isso porque, com a ditadura do Estado Novo e com a campanha de nacionalização, todas as escolas passaram a ter o ensino, obrigatoriamente, em língua nacional. Diante das pressões, a direção fechou a escola alemã, fundindo-a com a escola brasileira. Tal decisão possibilitou a continuidade do Colégio Bom Jesus.

No capítulo 2, “A expressão artística infantil no Centro Juvenil de Artes Plásticas”, os autores, Ceres L. Medeiros e Moysés Kuhlmann Jr., apresentam aspectos da produção artística infantil da década de 1950 no Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP), criado em 1953, pelo artista Guido Viaro, em Curitiba, como parte de uma política pública de promoção da educação e cultura e, por consequência, da educação artística para as crianças. Os anos 1950 destacam-se como um momento em que as Escolinhas de Artes se constituíram no Brasil, difundindo a livre expressão como proposta inovadora para a educação das crianças. A metodologia utilizada para a pesquisa tomou como fonte de primordial importância a análise de documentos do CJAP daquele período, como: livros de matrículas, livro ponto, portarias, livro de testes, atas, livro de anotações diárias, relatórios anuais de atividades, trabalhos dos alunos e fotografias. Nesta Escolinha buscava-se a expressão da criança, o respeito à individualidade, em um clima de liberdade de criação.

Na segunda parte, encontram-se três capítulos que abordam as práticas curriculares.

O capítulo 3, “Currículo para a formação na pequena infância: questões para a educação infantil”, de autoria de Fabiana Rodrigues de Oliveira Leal e Jackeline Rodrigues Mendes, analisa os aspectos sociais, políticos e históricos que demarcaram a

construção de um currículo oficial para a educação infantil – o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI). A análise foi tecida num diálogo travado com diferentes teóricos que têm estudado as questões relativas à educação infantil e, em especial, o foco centrou-se nos embates sobre a elaboração desse documento, revelando o movimento da comunidade de pesquisadores desde a publicação da versão preliminar do documento. São evidenciadas as contradições e as incoerências que marcam o documento, o que acaba por reforçar a própria falta de identidade que caracteriza a educação infantil.

O capítulo 4, das autoras Suzete M. Salvaro Beal e Adair Mendes Nacarato, intitulado “O princípio da contextualização no currículo do ensino médio: apropriações por professores de biologia”, apresenta uma discussão sobre os documentos curriculares de ensino médio (PCNEM), a partir da visão de docentes que ministram aulas de biologia, focalizando, especificamente, a questão do princípio de contextualização abordado no documento. A pesquisa foi desenvolvida, por meio de entrevistas semiestruturadas e audiogravadas, com oito professores (seis do sexo masculino e duas professoras) que atuam numa rede particular de ensino, nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. No texto, as autoras abordam as concepções de contextualização presentes no documento, a partir do entrecruzamento de concepções de autores da área de currículo que abordam essa questão e dos sentidos que, resultantes de experiências provenientes de sua prática, são produzidos pelos professores diante da proposta dos PCNEM. Procuram expor como vem sendo realizado esse processo de interpretação e de que forma os professores vêm se apropriando, ou não, desse princípio em sua prática.

Giselli Padilha Hümmelgen e Márcia Aparecida Amador Mascia, no texto que compõe o capítulo 5, “Os gêneros orais em livros didáticos de Língua Portuguesa”, realizam uma

investigação crítico-reflexiva acerca do papel dos gêneros orais em materiais didáticos de ensino fundamental, de circulação nacional e aprovados pelo PNLID/2008. Para isso, tomam como objeto de análise duas coleções de livros de 5ª a 8ª série (atuais 6º ao 9º ano). Apoiando-se nos aportes bakhtinianos de gênero de discurso e, principalmente, no modelo e na sequência didáticos de B. Scheneuwly e J. Dolz, as autoras concluem que pouca atenção tem sido dada ao trabalho com gêneros orais em materiais didáticos, o que acaba comprometendo a formação do aluno, no que diz respeito às capacidades de argumentação, contra-argumentação, exposição e refutação. Elas apontam para a necessidade de repensar o trabalho com gêneros textuais na escola, principalmente os orais, bem como outras formas de veiculação de livros didáticos que possibilitem o envio de kits de material pedagógico de apoio, como vídeos e CDs, que poderão subsidiar o trabalho do professor em suas aulas.

Na terceira parte, três capítulos tratam de práticas escolarizadas.

No capítulo 6, “Os desafios da docência em matemática em busca de uma prática educativa pautada em valores humanos”, Glauco Inocêncio Foltran e Adair Mendes Nacarato abordam os aspectos da formação humana voltada para as questões dos valores que circulam nas práticas educativas, focalizando, em especial, as concepções e as percepções de docentes sobre o tema. O texto traz um recorte da pesquisa que procurou analisar de que modo professores de matemática percebem a inserção de valores humanos, fundamentais à formação do educando, e os desafios com os quais se defrontam em sua prática educativa. Essas percepções são analisadas em relação às concepções trazidas e aos saberes necessários à incorporação de valores humanos a sua prática docente. Embora haja uma opinião difundida entre professores, pais, alunos e matemáticos de que a disciplina é, entre todas as disciplinas escolares, a

mais isenta desse tipo de abordagem, em que os valores são raramente discutidos e considerados no trabalho com os alunos, os autores reforçam a ideia de que a matemática pode e deve vir carregada de valores, pois ela é um conhecimento humano e cultural como qualquer outro campo do conhecimento. A análise apresentada no capítulo traz a fala de uma professora e procura discutir as concepções apresentadas sobre valores humanos e a incorporação destes à dinâmica de sala de aula. A partir disso, os autores apontam os desafios que se colocam diante da necessidade de uma formação mais ampla para o professor, a qual possibilite um repertório de saberes docentes necessários a uma prática que atente para essa questão.

O texto “Jogos na perspectiva computacional e a formação matemática do administrador: uma relação possível?” compõe o capítulo 7, em que os autores, Eros Pacheco Neto e Regina Célia Grandó, focalizam a formação matemática de administradores a partir do recurso computacional do jogo Roller Coaster Tycoon 2, simulador de um parque de diversões. Ao tratar da problemática da docência no ensino superior, no caso da formação do administrador, o texto ressalta que, além da experiência do docente em sua área específica, é imprescindível a relação entre o desenvolvimento do docente, a preparação do aluno e a atualização dos currículos para a preparação do administrador para o mercado de trabalho. Os autores buscam, para a aplicação de jogos, um caminho que simule as práticas de uma empresa e que, ao mesmo tempo, contribua para o envolvimento direto do aluno com as ações por ele desenvolvidas, exaltando o aspecto lúdico dos jogos comerciais de simulação e as inúmeras possibilidades que os alunos podem explorar nesse ambiente dinâmico. A partir da análise do jogo Roller Coaster Tycoon 2, os autores ressaltam que, ao mesmo tempo em que se desenvolve um pensamento sistêmico voltado para a complexidade que é administrar uma

empresa, é garantido o aspecto lúdico do jogo, a partir das várias decisões gerenciais requeridas por meio da interação com uma série variada de ferramentas. A natureza do conhecimento matemático a ser trabalhado com o jogo está relacionada a uma concepção de matemática em construção, produzida a partir de “verdades provisórias” e que sofre (re)significações segundo as necessidades, os acordos e as negociações (validações) que podem ser estabelecidos pelos sujeitos, enquanto jogam.

O texto do capítulo 8, “Aprender a dividir segundo as regras do jogo: ensino da divisão nas práticas de letramento-numeramento escolares”, de Vivian Ribeiro Drabik e Jackeline Rodrigues Mendes, traz o recorte de uma pesquisa que analisou eventos de numeramento-letramento escolares em três salas de aula, em momentos distintos do processo de aprendizagem do algoritmo padrão escrito da divisão como prática escolar. Para essa análise, as autoras selecionaram os eventos de uma 1ª série do ensino fundamental de oito anos (atual 2º ano), no momento em que a professora ia iniciar o trabalho com a divisão por meio do uso de materiais manipulativos, sem apresentação formal do algoritmo. A análise centra-se nos modos de constituição das formas de numeramento-letramento no discurso e nas práticas escolares, no âmbito da oralidade, focalizando as interações entre a professora e os alunos. As autoras evidenciam que, nas práticas escolarizadas, os alunos têm de aprender de acordo com as regras da sala de aula, manifestas no discurso da professora, e que a aprendizagem do aluno não se limita aos conceitos matemáticos, mas envolve, também, saber participar dos jogos de linguagem que se realizam no discurso pedagógico.

A quarta parte da coletânea reúne três capítulos que abordam práticas na interface escolar e não escolar.

Roberto Tadeu Berro e Alexandrina Monteiro, no texto “A arte da abstração: estudo das geometrias não-euclidianas nas obras de Escher”, no capítulo 9, discutem o quanto a obra de

Escher, produzida em práticas não escolarizadas, por tratar-se de arte, pode contribuir para reflexões no campo da matemática e, em especial, sobre a percepção do infinito num espaço fechado. Embora a obra de Escher seja rica em conceitos geométricos não euclidianos, não houve, por parte do artista, a intencionalidade de explorar conceitos matemáticos: suas ferramentas eram de natureza artística e não matemática. Ao partirem do pressuposto da existência de diferentes matemáticas, produzidas e significadas nas diferentes práticas sociais, os autores defendem que o uso e a análise da obra de Escher, por alunos e professores, podem auxiliar na compreensão das familiaridades entre os saberes produzidos em diferentes práticas.

No texto narrativo do capítulo 10, “Por trilhas desconhecidas: a experiência do mestrado na vida de um professor”, Jorge dos Santos Souza e Alexandrina Monteiro trazem, o processo de reflexão e transformação do professor-pesquisador, ao eleger o tema “escalada” para a sua pesquisa de mestrado. Caminhando e analisando suas “trilhas”, principalmente com seus alunos, o pesquisador vai tomando consciência de sua própria experiência e busca compreender, nas relações que estabelece com os alunos por essas trilhas, seu espaço como professor de matemática. Os autores analisam como os saberes adquiridos nas práticas de escalada podem ser inseridos nos conteúdos escolarizados e como estes podem ter outros significados, quando utilizados em outras práticas. As reflexões produzidas são resultados das leituras e das discussões ocorridas durante o processo percorrido pelo professor que se torna pesquisador.

O capítulo 11, “Identidades juvenis produzidas dentro das práticas de consumo: implicações para a educação matemática”, texto de Sonia Regina Mincov de Almeida e Alexandrina Monteiro, analisa experiências realizadas com jovens de 13 a 16 anos, quando inseridos em atividades vinculadas a situações

de finanças e recursos financeiros. O material documentado consistiu de entrevistas com os jovens e seus familiares e encontros temáticos com grupos de jovens voluntários para discussão sobre práticas de consumo. As autoras trazem reflexões sobre práticas sociais escolarizadas e não escolarizadas, e as familiaridades entre elas, na perspectiva de Wittgenstein, e discutem os regimes de verdades quanto à matemática escolar. Os resultados da pesquisa apontam para a desvinculação da matemática escolar da não escolar pelos alunos.

Esta coletânea apresenta-se, portanto, como o resultado de um processo investigativo gestado coletivamente pelos professores do PPGE/USF, e as experiências aqui narradas e analisadas representam o movimento de deslocamento de um grupo de professores de diferentes formações e níveis de ensino que, ao inserirem-se na prática da pesquisa acadêmica, desenvolveram novos olhares para as suas próprias práticas docentes.

Assim, esperamos disponibilizar aos leitores – futuros professores, professores, pesquisadores e formadores de professores – desta coletânea, vários espaços de discussão e debate em torno das práticas educativas abordadas sob diferentes perspectivas.

Adair Mendes Nacarato
Jackeline Rodrigues Mendes